COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO IX PREÇO AVULSO: 60$00 Nº84 JANEIRO 1993

Pela voz de Mau Huno

CNRM pronuncia-se após prisão de Xanana

O diário Público de 5 de Janeiro publicou a transcrição parcial dum depoimento de Mau Huno, gravado no interior de Timor-Leste em 28 de Novembro passado e recebido em Portugal a 4 de Janeiro pela Rádio Nova por via telefónica.

O documento (designado como "Declaração de 20 de Novembro") constitui a primeira tomada de posição política da Resistência timorense no interior (nomeadamente da sua direcção política, o Conselho Nacional de Resistência Maubere-CNRM) após a captura de Xanana, sendo este acontecimento o principal tema nele abordado. É também definida a futura situação organizativa da Resistência em termos de cadeia de comando e desenvolvidos alguns eixos de estratégia política.

XANANA, UM SÍMBOLO

Xanana Gusmão é considerado pelo CNRM como "*prisioneiro de guerra*", sendo reclamada a sua libertação e saída para junto da família, no exterior de Timor. É afirmada a "*ilegitimidade de qualquer procedimento judicial*" accionado em tribunais indonésios contra ele.

Muito ao arrepio das vozes (particularmente de dirigentes timorenses) que no exterior logo se apressaram a arrastar o presente e o passado de Xanana pela lama, o CNRM presta significativo reconhecimento público ao papel desempenhado por Xanana Gusmão ao longo destes difíceis anos de luta, sendo o texto da Declaração disso perfeitamente elucidativo: "*carismático chefe*", "*símbolo da Resistência*" e "*reconhecido líder*" são as expressões utilizadas. Face à sua situação é decidido "*congelar as funções de Kay Rala Xanana Gusmão como chefe da Resistência e comandante das Falintil*".

Vale a pena realçar a premonição e conhecimento profundo por parte do CNRM das práticas da propaganda indonésia, ao declarar "*invalidadas quaisquer das suas posturas e declarações*", isto antes de serem divulgadas as imagens da "entrevista" de Xanana com Abílio Osório.

NOVA ESTRUTURA DE COMANDO

No plano interno Mau Huno (que permanece como secretário da Comissão Directiva da Fretilin, CDF) substitui Xanana e chama a si a condução da luta.

Tanto quanto é possível avaliar pela transcrição da gravação (incompleta em certas partes), não parece verificar-se qualquer alteração de fundo na filosofia de organização do poder no seio na Resistência. O CNRM continua a ser o órgão político máximo da Resistência, mantendo-se os seus dois componentes básicos: a Frente Clandestina e as Falintil. Mantém-se a existência e as funções da Comissão Político-Militar da Resistência (CP-MR), integrado por elementos do CNRM. As Falintil permanecem despartidarizadas, tal como decidido durante a direcção de Xanana Gusmão há dois anos

NESTE NÚMERO:
- CNRM pronuncia-se
- Funu: Recordações da causa difícil
- A "justiça" para estrangeiro consumir
- Prémio Reebok

Recordações da causa difícil

"Ao longo destes últimos onze anos, a luta do povo maubere passou por experiências e teve que dar respostas a questões que, embora nem sempre sendo novas, obrigaram, pelo quadro em que surgiram, a uma nova formulação teórica e a novas formas políticas, pondo em causa um conjunto de 'verdades' *que se julgavam universais.*

A necessidade de ultrapassar obstáculos que aparecem como condicionantes garantindo ao invasor trunfos decisivos - de que a inexistência de um país próximo que funcione como retaguarda e assuma no campo internacional a liderança do movimento de solidariedade, ou a separação entre a direcção político-militar no interior do território e a direcção diplomática no exterior, são exemplos - impele o movimento de libertação a um apelo constante à sua capacidade de adaptação e inovação.

E a verdade é que ao longo destes anos a luta do povo maubere tem mostrado uma criatividade para reflectir sobre a sua prática, uma disponibilidade para se pôr em causa, uma força para renascer dos erros, que tem permitido manter na ordem do dia o seu projecto de independência, apesar do preço que está a pagar por isso.".

Funu, Boletim da CDPM, nº12, Agosto 1985

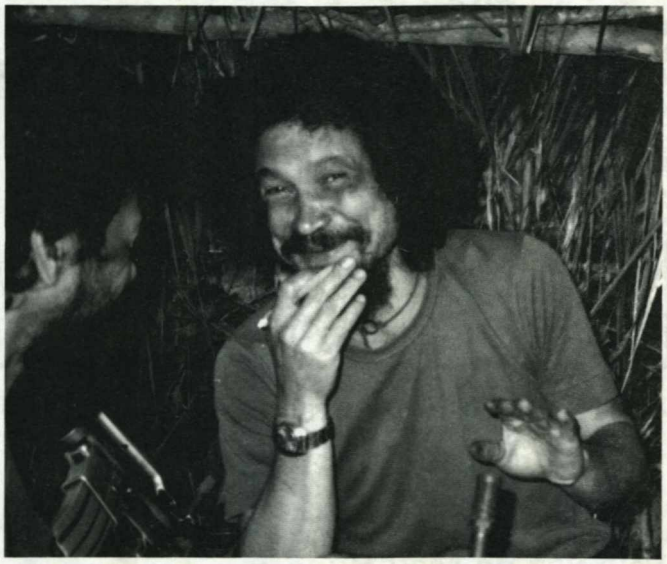
atrás e são agora colocadas sob o comando de Mau Huno, enquanto responsável da CP-MR.

Quanto à frente diplomática, é reiterada a dupla posição de Ramos-Horta como representante especial no estrangeiro, quer do CNRM, quer do comandante das Falintil. O CNRM confere a Ramos-Horta "*poderes para tomar iniciativas estratégicas em defesa da causa timorense quando por contingências das circunstâncias não for possível proceder-se a uma consulta com o CNRM no interior da pátria*", prevendo assim mecanismos para obviar às difíceis condições de comunicação entre Timor-Leste e o exterior. Não é feita neste contexto qualquer referência ao papel dos partidos nacionalistas ou de outros dirigentes timorenses no exterior.

SAUDAÇÃO AO POVO INDONÉSIO

O documento reafirma a continuidade das linhas de força da estratégia política da Resistência, nomeadamente quanto à necessidade de "*busca de uma solução internacionalmente aceitável*". O CNRM defende como instrumento dessa estratégia o desenvolvimento do "*diálogo sem pré-condições patrocinado pelo ONU*", afirma a "*legítima reivindicação de representantes timorenses*" e advoga mesmo a participação de Xanana Gusmão e do "*honrado bispo de Dili*", D. Ximenes Belo, no processo.

As expectativas dos timorenses em relação a Portugal continuam elevadas, a acreditar nas referências às intervenções



mais recentes - avaliadas positivamente - da diplomacia e do Presidente portugueses.

O CNRM dá também um lugar de destaque, pela primeira vez, às forças que na própria Indonésia se opõem à ditadura de Suharto, saudando "*a disponibilidade prontamente acedida por parte de grupos indonésios de direitos humanos, por exemplo o grupo **LBH** e o seu congénere **Infight***". □

Prisão e julgamento de Xanana Gusmão

A "justiça" para estrangeiro consumir

A prisão de Xanana Gusmão provocou uma generalizada preocupação entre todos os que têm acompanhado de perto o problema de Timor-Leste, não só pela perda que representa para a luta de libertação do povo Timorense mas, sobretudo, pelas suas condições de segurança, dadas as práticas da administração colonial indonésia para com os seus opositores políticos.

Mas as interdependências em que se encontra o regime de Jacarta na arena internacional e a sua ambição a desempenhar aí um papel de relevo, obrigaram-no a montar uma farsa de julgamento em que só acredita quem precisa economicamente de acreditar.

"PRECONCEITOS" E "MEDOS INFUNDADOS"

Para além das organizações que fazem da questão o eixo central da sua actividade - como a East Timor Alert Network do Canadá, a Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste ou a International Federation for East Timor - também instituições e figuras religiosas - como a Conferência Episcopal Norte-Americana, o Catholic Institute for International Relations (CIIR) da Grã-Bretanha ou Paul Moore, Bispo Resignatário de Nova Iorque da Igreja Anglicana - assim como associações juvenis - como a Associação de Estudantes da Universidade de Hanôver, Alemanha - manifestaram a sua profunda preocupação pela segurança do Comandante Xanana, instando as autoridades de Jacarta a libertá-lo.

A este movimento de solidariedade associaram-se parlamentares canadianos, japoneses, australianos e norte-americanos, além do Parlamento Europeu, exprimindo, também eles, o seu horror pelas atrocidades que a Indonésia tem vindo a cometer naquele território, particularmente nos últimos três meses de 1992.

Muitas destas entidades avançaram mesmo com a proposta da libertação de Xanana de modo a poder participar nas conversações entre os MNE de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, que então se avizinhavam. O editorial do **Sydney Morning Herald** (24/11/92) por exemplo, depois de considerar Xanana "*um combatente da liberdade, não um criminoso*" defendia que era "*tempo de justiça, não de vingança. É tempo de negociar com o mais notável dos dirigente timorenses, não de o encarcerar*".

Em Dezembro, Ali Alatas assegurava à Reuter que o julgamento seria aberto e de acordo com as leis internacionais e nacionais, condições que ele não tem autoridade para garantir. E referindo-se às preocupações pela segurança de Xanana Gusmão por parte de organizações internacionais de direitos humanos, acrescentou: "*Não haverá motivo para medos infundados ou preconceitos*".

O FACTOR EXTERNO

Embora reivindicando o estatuto de "questão interna" para o julgamento de Xanana Gusmão, a verdade é que o regime de Jacarta joga com ele na arena internacional e fez depender a oportunidade da sua realização - e as condições em que o mesmo se desenrola - de um conjunto de factores externos, como os trabalhos da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas (a decorrer durante todo o mês de Fevereiro e princípios de Março, em Genebra). Outras influências pesam igualmente, como uma certa crispação nos sectores militares em consequência da luta surda em torno da escolha do candidato a Vice-Presidente, a decidir em Março próximo.

Estes factores reflectiram-se nas declarações contraditórias sobre as acusações com que Xanana iria ser levado a tribunal - tendo as primeiras vozes avançado com a acusação de "*cérebro do incidente de 12 de Novembro de 1991*", uma acusação que, como já foi aqui salientado, representava uma tentativa de despolitizar o julgamento, e acabando depois com

o "*porte ilegal de armas de fogo*" e de "*organização de um movimento secessionista contra a unidade da república*", sob "*a influência de uma potência estrangeira*" (gen. Kunarto, citado pela UPI, 29/12/92).

As autoridades também hesitaram muito ao abrigo de que legislação iriam julgar Xanana. Certos sectores - que alguns colocam como próximos do chefe das FFAA, gen. Try Sutrisno, empenhado em valorizar a prisão do dirigente timorense tendo em vista a sua ambição ao cargo de Vice-Presidente - pretendiam que fosse sob a alçada da lei anti-subversão, o que poderia levar à sua condenação à morte. Outros - que alguns situam como ligados ao ministro da Defesa gen. Benny Murdani e ao MNE Alatas, que apostam na desvalorização da prisão como meio para desvalorizar a Resistência - que fosse segundo o Código de Procedimento Criminal (conhecido pela sigla KUHAP).

Este comportamento reflecte as hesitações e as expectativas da classe dirigente indonésia quanto ao modo de utilizar a carta "julgamento-Xanana".

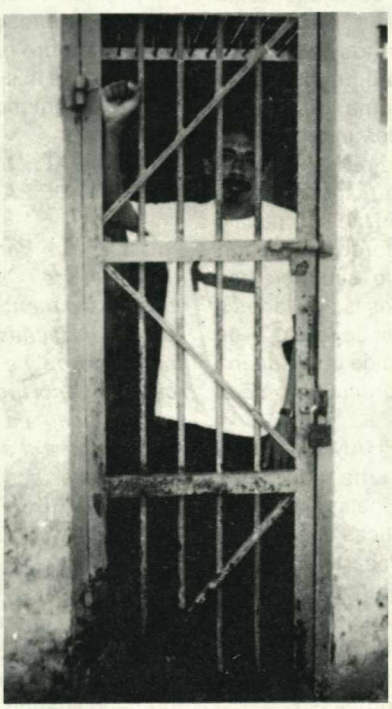
Allan Nairn e o prémio Reebok a Fernando Araújo

Neste preciso momento, em Timor ocupado, no outro lado do mundo

A Reebok Internacional, Lda, uma empresa multinacional de calçado com sede nos Estados Unidos, dispende, anualmente, cerca de 25 mil doláres em prémios destinados à causa dos direitos humanos. Um dos 4 jovens que receberam o prémio em 1992 foi Fernando Araújo, um estudante activista timorense. Fernando, dirigente da RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste), está a cumprir uma pena de 9 anos por participar na organização de um protesto não violento em Jacarta, em 19 de Novembro de 1991, uma semana depois do exército indonésio ter morto pelo menos 273 manifestantes timorenses no cemitério de Santa Cruz, em Dili.

Como era de esperar, as autoridades indonésias não permitiram que Fernando Araújo comparecesse à cerimónia de atribuição dos prémios, que se realizou em Boston em 9 de Dezembro de 1992.

Amy Goodman e Allan Nairn, os dois jornalistas americanos que testemunharam e foram espancados aquando do massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, foram convidados a falar sobre Timor-Leste para os milhares de activistas dos direitos humanos, jornalistas de renome e representantes da Reebok. Amy Goodman forneceu os antecedentes históricos do massacre e relatou a experiência que, tanto eles como os timorenses, tinham vivido.



Transcrevemos, a seguir, a intervenção de Allan Nairn durante aquela cerimónia. Apesar do interesse com que a assistência seguiu o relato do repórter norte-americano, os representantes da Reebok, incluindo Paul Fireman que presidia ao acontecimento, não fizeram qualquer comentário no final.

"*O massacre indonésio de um terço da população timorense torna-o no maior genocídio deste século.*

Embora poucos americanos o saibam, este crime teve a colaboracão directa do governo dos Estados Unidos.

O presidente Ford e Henry Kissinger apoiaram a invasão de 1975 e impediram as Nações Unidas de tomar qualquer acção eficaz , apesar do Conselho de Segurança ter pedido por duas vezes à Indonésia que retirasse de imediato as suas tropas. As administrações de Carter, Reagan e Bush continuaram a fornecer material de guerra a este país ao longo destes anos de genocídio timorense.

Mas existem actualmente no Congresso correntes de opinião que querem mudar o curso da política americana ...

E os norte-americanos que se preocupam sinceramente com os direitos humanos têm de ser honestos àcerca de um outro facto.

Os Estados Unidos mantiveram, durante anos, regimes muito repressivos, em grande parte para benefício dos interesses económicos americanos.

No interior da Indonésia o governo suprimiu os sindicatos independentes permitindo que as empresas pagassem salários de fome.

Esta situação proporciona à Reebok, à Nike e a outras empresas, enormes lucros na Indonésia uma vez que pagam aos seus trabalhadores - a maioria mulheres jovens do campo - salários de cerca de 1 dólar por dia.

Estas empresas têm, no mínimo, a obrigação de exigir a Washington que cesse o fornecimento de armas para o brutal regime indonésio.

Neste preciso momento, em Timor ocupado, no outro lado do mundo, são aproximadamente onze horas da noite. É muito provável que neste preciso momento um timorense esteja a ser torturado, cortado com lâminas de barba, destroçado com choques eléctricos, às mãos dum soldado armado pelo nosso próprio governo.

As última notícias de Timor dão conta de que a um jovem taxista lhe foram arrancadas as unhas das mãos e dos pés porque o exército suspeitava que ele era amigo de Xanana Gusmão, o dirigente da resistência timorense, recentemente capturado. Os timorenses estão a fazer tudo por tudo. Como Fernando Araújo, eles têm mostrado uma coragem sem limites em continuar a resistir, pelo seu direito à auto-determinação e a uma vida digna e livre.

Mas os timorenses não podem votar nas eleições americanas, não se podem manifestar nas ruas da América. Eles não podem fazer «lobby» no congresso americano.

Somente nós, os americanos, podemos fazer com que acabe o apoio americano à chacina em Timor Leste.". □

MEDIDAS ESPECIAIS DE SEGURANÇA

Segundo anunciou o comandante militar do território Theo Syafei (**Jawa Pos**, 10/12/92), foi criada uma unidade especial de segurança para guardar o tribunal durante o julgamento de Xanana. Isso não era, disse, porque pensassem que iria haver agitação mas porque esperavam que muitas pessoas fossem assistir ao mesmo.

De acordo com despachos da **UPI** e **AP** de 12/1/93, medidas especiais de segurança iriam ser implantadas no tribunal de Dili durante o julgamento. Segundo um funcionário judicial em Jacarta, "*a todos os visitantes que entrarem no tribunal será entregue um cartão de identificação especial. Aqueles que se recusarem a usá-lo não serão autorizados a entrar*".

Ainda de acordo com os citados despachos, um deputado indonésio do parlamento provincial de Timor-Leste, Samuel Petrus, presidente do PDI (Partido Democrático Indonésio) local, expressou os seus receios de que a ordem fosse perturbada durante o julgamento pelos remanescentes do movimento de resistência e expressou as suas dúvidas quanto à sinceridade daqueles que jurarem fidelidade a Jacarta e aceitar a integração. "*Duvido que fossem sinceros com as suas declarações de lealdade ao governo*" e apelou a redobradas medidas de segurança para o período em que irá decorrer o julgamento.

EQUIPA DE DEFESA: UMA INCÓGNITA

Respondendo à declaração do Instituto de Ajuda Legal (LBH) de que estava pronto a defender Xanana, o porta-voz das FFAA indonésias, Brig. Gen. Nurhadi, afirmou à imprensa que competiria ao próprio decidir quem o iria defender.

Segundo o **Jawa Pos** de 14/12/92, uma equipa de advogados do YLBHI (Fundação Indonésia dos Institutos de Ajuda Legal) e do Ikadin, uma associação correspondente à Ordem dos Advogados, teria afirmado a sua disponibilidade para defender Xanana Gusmão e pedira autorização à polícia para se encontrar com ele na prisão. De acordo com Luhit Pangaribuan, que já se tornara notado pelo seu corajoso comportamento na defesa dos presos timorenses acusados e condenados por participarem na manifestação de 12 de Novembro de 1991, a equipa estava convencida que Xanana aceitaria a sua ajuda, mas para "*obter uma procuração dele, precisamos de encontrá-lo pessoalmente*".

Também H.C.Princen, presidente do LPHAM, Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos, e uma conhecida personalidade dentro e fora da Indonésia pelas posições críticas que tem tomado relativamente às práticas de violação dos direitos humanos pelas autoridades de Jacarta, solicitou autorização para visitar Xanana. Conforme Princen declarou ao Tapol, o seu objectivo era verificar se Xanana estava a par das prerrogativas que a legislação indonésia lhe garantia, nomeadamente a escolha do advogado de defesa, assim como se estava ao corrente do desenrolar do seu processo.

Nos princípios de Janeiro, um porta-voz do LBH anunciava em Jacarta que tinham recebido uma declaração de Xanana declinando a oferta daquela associação para o defender. Esta recusa não deixou de provocar alguma surpresa. Segundo Princen, esta atitude podia ser o resultado das pressões a que se encontrava submetido Xanana, incluindo ameaças à segurança dos seus familiares que se encontram sob custódia dos militares, para que escolhesse advogados aceitáveis aos olhos do regime. De acordo com Luhut Pangaribuan, citado pela **AFP** e a **AP**, o LBH tinha recebido "*uma carta manuscrita em português de Xanana Gusmão na qual ele basicamente diz não precisar ainda da nossa assistência. Se é isso o que ele quer, só nos resta respeitar a sua decisão, mas não temos a certeza se essa é realmente a sua vontade*". Ainda segundo Pangaribuan, a oferta do LBH fora feita a pedido de um familiar não identificado de Xanana. Na sua carta de resposta, datada de 20 de Dezembro e transmitida pelo chefe dos Serviços Gerais de Informação, o cor. Ahwil Luthan, o dirigente timorense não apresentava qualquer razão para a sua recusa nem dizia se tinha escolhido outro advogado.

Foi, porém, só em cima do julgamento que se conheceu a equipa que iria assumir a responsabilidade da defesa de Xanana Gusmão. Trata-se do advogado Sudjono, licenciado pela Universidade de Airlangga (Java Oriental) em 1974, apoiado por dois assistentes e um consultor, o Dr. Loebby Loeqman, que lecciona na Universidade Indonesia. Sudjono, que as primeiras notícias apresentavam como tendo sido nomeado defensor pelas autoridades, é membro não só do Ikadin como também da American Bar Association, da International Bar Association e da Asia-Pacific Lawyers Association. Fez parte da equipa que defendeu Agapito Cardoso, um jovem timorense acusado de ter participado na manifestação de 19 de Novembro de 1991 em Jacarta. Conforme declarou aos jornalistas, teria sido o próprio Xanana a pedir-lhe, em carta datada de 26 de Janeiro, para ser seu advogado de defesa após se terem encontrado, por puro acaso, no quartel da polícia na capital indonésia, por quatro vezes.

Finalmente, as autoridades indonésias marcaram o início do julgamento para 1 de Fevereiro, o mesmo dia em que, em Genebra, se iniciava a 49ª sessão de trabalho da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

PORTUGAL: "LIBERDADE PARA XANANA, LIBERDADE PARA TIMOR"

"*O clima de repressão generalizada que se vive hoje em Timor-Leste - com o seu cortejo de prisões, torturas, desaparecimentos - amplamente denunciado e documentado por organizações de defesa dos direitos humanos (...), motivou-nos - grupo de cidadãos timorenses, em associação com cidadãos portugueses - a criar uma Comissão, aberta à participação de todos os que queiram mobilizar a opinião pública para a situação que se vive no território e contribuir para a libertação dos que são vítimas da ocupação colonial indonésia. Exigimos a liberdade para Xanana, exigimos a liberdade para Timor*".

Assim se apresentou a Comissão "Liberdade para Xanana, liberdade para Timor", presidida pelo Prof. Fernando Sylvan, conhecido poeta timorense e presidente da Sociedade de Língua Portuguesa. Entre as várias iniciativas a que meteu ombros, saliente-se a tentativa de estabelecer um cordão humano ligando o Centro de Informação das Nações Unidas à Nunciatura Apostólica, locais onde entregaram cartas dirigidas ao Secretário Geral da ONU e ao Papa, apelando a um maior empenhamento da sua parte na garantia das condições de segurança de Xanana e de todos os presos políticos timorenses, assim como do respeito pelos seus legítimos direitos.

Também o MNE português tomou uma clara posição relativamente ao julgamente de Xanana Gusmão, classificando-o de "farsa sinistra", sem qualquer validade do ponto de vista do direito internacional. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário**: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem**: 1000 ex. **Assinatura anual**: 700$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317